

política

Luciano Zucco descarta privatização do Banrisul

Pré-candidato negou que possa conceder o banco ao setor privado



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul, deputado federal Luciano Zucco (PL), afirmou ontem que, caso eleito, o Banrisul “segue como está” e rejeitou a possibilidade de privatizar o banco em um futuro próximo. O parlamentar participou da reunião-almoço Tá Na Mesa, promovida pela Federasul.

“Hoje nós temos que não só valorizar o nosso banco, potencializar, e ele é estrategicamente muitas vezes aquele que ajuda o nosso produtor rural, o nosso desenvolvimento do Estado. A economia é dinâmica, mas com certeza não há em um horizonte próximo esta possibilidade (de privatizar o Banrisul)”, disse Zucco.

A hipótese de privatização do banco foi levantada por conta da agenda liberal de Zucco, que inclusive receberá conselhos do ex-ministro da Economia na gestão federal de Jair Bolsonaro (PL, 2019-2022), Paulo Guedes, cuja gestão foi marcada por concessões. O Banrisul é o último ativo volumoso a permanecer sob comando estadual, após o atual governo de Eduardo Leite (PSD) promover uma série de vendas de empresas públicas ao setor privado.

Nesta linha, o pré-candidato afirmou ser a favor de concessões à iniciativa privada, mas estas precisam ser, segundo Zucco,



Para Zucco, é preciso potencializar a instituição financeira do Estado

“bem-feitas, transparentes e com preço justo”. O deputado criticou os modelos de concessões rodoviárias que estão sendo praticadas pelo Piratini, dos chamados Blocos 1, 2 e 3 de estradas gaúchas. Também se posicionou contrário à renovação da concessão ferroviária com a Rumo.

Outra questão abordada pelo pré-candidato foram as recentes críticas de seu adversário na corrida eleitoral, o atual vice-governador Gabriel Souza (MDB), que cobrou tanto de Zucco quanto de Juliana Brizola (PDT) maior comparecimento em debates. O deputado federal respondeu que entende a estratégia do emedebista de tentar tirar votos dele para potencializar a sua pré-candidatura, mas não concorda.

“É lógico que eu entendo, mas não concordo. Eu acho que me aproximo muito mais do Gabriel que da Juliana. Se eu fosse falar com ele sobre estratégia, eu diria: ‘olha, não é uma boa estratégia essa que tu estás tendo’”, afirmou o Parlamentar. Zucco ainda disse que, em um even-

tual segundo turno entre Gabriel e Juliana, ele apoiaria a chapa emedebista por ter maior alinhamento ideológico, e também que espera o mesmo do vice-governador caso vá à disputa final contra a pré-candidata do PDT.

O pré-candidato também falou sobre como seria o seu relacionamento com o governo federal caso ele e o presidente Lula sejam eleitos em outubro. Conforme Zucco, uma das estratégias seria aglutinar a força política do Sul do País para reivindicar pautas de interesse da região.

“Ao invés de ir sozinho (para Brasília), chama o governador de Santa Catarina, chama o governador do Paraná, mobiliza a Assembleia Legislativa, mobiliza a bancada federal dos três estados”, pontuou. Ele defendeu esta iniciativa para defender pautas como a criação de um fundo constitucional para o desenvolvimento da Região Sul e para garantir a securitização das dívidas dos produtores agrícolas gaúchos.

Marcelo Maranata convida Cláudio Diaz para vice

Pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul, o ex-prefeito de Guaíba, Marcelo Maranata (PSDB), convidou ontem o ex-deputado federal gaúcho Cláudio Diaz (PSDB) para concorrer com vice em sua chapa ao Piratini. O ex-parlamentar analisará a proposta até o fim de maio.

Inicialmente, Diaz foi indicado pelos tucanos para concorrer ao Senado junto com o jornalista Milton Cardoso (PSDB), enquan-

to Betty Cirne Lima integraria a chapa como vice de Maranata. No entanto, Betty recuou da posição e abandonou a pré-candidatura, o que levou o PSDB gaúcho a buscar outras opções.

O nome de Diaz para vice já vinha sendo cogitado nos bastidores. No final de abril, quando o pré-candidato Maranata participou da reunião-almoço Tá na Mesa, da Federasul, o ex-prefeito disse que o ex-parlamentar

seria uma boa opção para integrar a chapa ao Piratini como vice por conta da relação de Diaz com o segmento do agronegócio gaúcho.

Os tucanos haviam agendado uma reunião para este sábado, em que um dos assuntos debatidos seria os nomes para vice de Maranata. Apesar do convite desta quarta-feira, o encontro do PSDB gaúcho neste final de semana está mantido.

Site divulga áudio em que Flávio pede dinheiro a Vorcaro para filme

/ INVESTIGAÇÃO

O site de notícias Intercept Brasil divulgou áudio ontem em que o senador e candidato à presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pediria dinheiro para o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, pagar despesas do filme Dark Horse, que conta a história de seu pai, o ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

“Fico sem graça de ficar te cobrando, mas é que está em um momento muito decisivo do filme e como tem muita parcela para trás, está todo mundo tenso, preocupado”, diz Flávio Bolsonaro no áudio. As informações são da agência Estado.

Nas mensagens obtidas pelo Intercept Brasil, Flávio Bolsonaro escreve ainda a Vorcaro: “Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz! Abs.”

A mensagem teria sido enviada no dia 16 de novembro de 2025. No dia seguinte, Vorcaro foi preso por suspeita de opera-

ções fraudulentas envolvendo o banco. O Master foi liquidado no dia 18 de novembro de 2025.

Flávio Bolsonaro se manifestou a respeito do assunto, afirmando que é “mentira” que o filme Dark Horse tenha tido o financiamento do banqueiro Daniel Vorcaro. No período da manhã desta quarta-feira (13), após se encontrar com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, Flávio foi questionado por um repórter do Intercept Brasil sobre o tema, em conversa com outros jornalistas, antes da publicação da reportagem do veículo que revela a negociação.

“É mentira, de onde você tirou isso?”, afirmou Flávio Bolsonaro, dando uma gargalhada e se afastando do local onde respondia perguntas de jornalistas.

Depois, o jornalista diz que o Intercept divulgaria mensagens de Flávio Bolsonaro pedindo dinheiro a Vorcaro. O senador chama o repórter de militante e diz: “É mentira, pelo amor de Deus, de onde você tirou isso? É dinheiro privado, dinheiro privado, dinheiro privado.”

Motta decide votar conjuntamente texto do governo e PEC da Câmara

/ REDUÇÃO DA JORNADA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu ontem votar o projeto de lei enviado pelo governo Lula sobre redução da jornada de trabalho junto com a proposta de emenda à Constituição sobre o tema que tramita na casa legislativa. O deputado gravou um vídeo ao lado dos ministros das Relações Institucionais, José Guimarães, e do Trabalho, Luiz Marinho, após reunião na residência oficial da Câmara.

Além deles, também participaram do encontro o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, o presidente da comissão especial que debate a PEC, Alencar Santana (PT-SP), o relator, Leo Prates (Republicanos-BA), o líder do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), e os deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Luiz Gastão (PSD-CE).

No vídeo, Motta afirma que o encaminhamento da PEC será pela redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, com dois dias de descanso e sem redução salarial. “Nós queremos também fortalecer as convenções coletivas, para que elas possam tratar das

particularidades de cada setor.”

Segundo o presidente da Câmara, o projeto enviado pelo governo será necessário para adequar a legislação às mudanças que serão feitas à Constituição pela redução da jornada de trabalho.

O projeto enviado pelo governo tem urgência constitucional, o que significa que precisaria ser votado até o final de maio sob risco de travar a pauta da Câmara.

Segundo o cronograma, os dois textos devem ser votados praticamente juntos. A PEC deve ser votada no dia 26 na comissão especial e no dia 27 em plenário.

A urgência também seria importante para manter a pressão sobre o Senado. Em entrevista na terça-feira, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, manifestou preocupação com a tramitação do texto no Senado. “É um perigo votar na Câmara a PEC e não votar o PL com urgência constitucional e, como a PEC não tem urgência constitucional, ela é aprovada na Câmara, mas fica dormindo em berço esplêndido no Senado. Esse é um risco real que a sociedade precisa estar atenta para evitar.”